

Resumo Expandido (Pôster): Eixo 4 - Educação brasileira: recortes históricos

PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA CULTURA DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Paulo Vitor Leite Paoli – UFAL¹

Yasmin Santos Marques – UFAL²

Matheus Vieira da Silva – UFAL³

Inalda Maria dos Santos – UFAL⁴

Resumo: A evolução da educação no Brasil, desde a colonização portuguesa, tem sido marcada por persistentes disparidades sociais. Nesse íterim, as reformas neoliberais da década de 1990, influenciadas pelo "Consenso de Washington", introduziram políticas de mercado que aprofundaram as desigualdades educacionais. Esses processos modificaram como as avaliações externas são vistas, pois, na atualidade, as avaliações externas priorizam resultados quantificáveis em detrimento da aprendizagem ampla, dando continuidade à tendência histórica de privilégio e exclusão na educação brasileira.

Palavras-chave: História. Cultura da avaliação externa. Neoliberalismo.

Introdução

Explorar o contexto histórico do Brasil exige vigilância quanto as marcas de cada período da história, pois a educação brasileira possui uma evolução multifacetada, moldada por séculos de mudanças políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, a jornada começou com a chegada dos colonizadores portugueses e com o advento da catequização dos povos originários que posteriormente passou ao projeto da educação para a elite, assim, por meio desses acontecimentos a fundação inicial da educação colonial preparou o cenário para um

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Pedagogo. Pós-graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Membro do Grupo de Pesquisas Gestão e Avaliação Educacional – GAE. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0422660015972082>. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1121-6313>.

² Mestranda em Educação pela Universidade federal de Alagoas. Pedagoga Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Membro do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional – GAE. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5466856816604621>. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2105-2496>.

³ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Bacharelado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Pedagogo. Membro do Grupo de Pesquisas Gestão e Avaliação Educacional – GAE. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7307320530610845>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2118-4473>.

⁴ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professora Associada da UFAL. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional – GAE. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3709372442003235>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5520-2668>.

tema persistente na educação brasileira: a disparidade no acesso com base na condição social e econômica.

À medida que o Brasil navegava por várias fases de desenvolvimento, a educação permaneceu um domínio principalmente acessível à elite, com os ricos desfrutando do ensino de qualidade, enquanto os menos privilegiados eram frequentemente excluídos. Essa desigualdade histórica ecoa nas políticas educacionais contemporâneas, ressaltadas pela globalização e pelas mudanças econômicas que levaram a criação das avaliações externas. Além disso, de acordo com Sobrinho (2005), os interesses voltados às avaliações externas são transacionais e pertencem a grandes corporações mercantis, carregando uma forte orientação econômica, igualmente como nos tempos passados.

O objetivo desta pesquisa foi analisar os processos sócio-histórico da cultura da avaliação externa. Com o fim de aprofundar-se nas origens e implicações da cultura da avaliação externa, rastreando suas raízes até influências globais e ideologias neoliberais que remodelam paradigmas educacionais. Em vista de alcançar o objetivo geral a seção a seguir trará o delineado dos materiais e métodos necessários para a estruturação desta pesquisa.

Materiais e métodos

Quanto aos procedimentos metodológicos desta investigação, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, visto que a pesquisa qualitativa apresenta maior coerência devido à sua natureza analítica centrada em pressupostos críticos (Gamboa, 2007). Com isso, foi realizada uma Pesquisa Bibliográfica, por meio da análise de estudos que versam sobre o tema. Visto que, o objetivo foi investigar os fatores históricos, ideológicos e políticos que influenciam a educação brasileira, com foco em suas origens, no impacto das reformas neoliberais e na cultura de avaliações externas. Assim, para apreender os aspectos epistemológicos e práticos das raízes da cultura de avaliação externa, o segmento subsequente delineará essas discussões.

Discussão dos resultados

A educação no Brasil iniciou em meados do século XVI com a chegada dos portugueses, principalmente por meio da catequese jesuítica, que inicialmente atendia à população indígena. Ademais, as primeiras escolas e universidades surgiram posteriormente, acessíveis apenas a famílias abastadas, enquanto aqueles fora da elite eram sistematicamente excluídos. Essa distinção inicial no acesso à educação tem raízes históricas profundas, moldando políticas contemporâneas e refletindo os impactos mais amplos da globalização. Mesmo hoje, as corporações mercantis — assim como no passado — exercem significativa influência econômica sobre a educação.

Sobrinho (2005) argumenta que toda estrutura epistemológica carrega consigo visões de mundo inerentes, que por sua vez justificam e moldam comportamentos. Da mesma forma, Lukesi (1994) e Lima (2019) afirmam que a pedagogia nunca é neutra; ao contrário, está impregnada de ideologias e pressupostos filosóficos.

Após a crise econômica e a escalada das demandas sociais da década de 1970, os governos intensificaram as medidas de supervisão, levando ao surgimento do “Estado Avaliador”. Consequentemente, as avaliações tornaram-se predominantemente externas e somativas, priorizando resultados e classificações, o que fomentou uma cultura de competição (Sobrinho, 2004). Ainda mais, na década de 1990, o cenário socioeconômico brasileiro passou por mudanças significativas, ultrapassando o nacional-desenvolvimentismo. Essa mudança envolveu duas dimensões principais: alterar as expectativas dos agentes econômicos e integrá-los à economia doméstica de diversas maneiras, abrindo caminho, em última análise, para reformas orientadas ao mercado (Massimo, 2013).

Massimo (2013) descreveu os cinco conjuntos de reformas neoliberais que definiram a década de 1990: a) Liberalização comercial; b) Desregulamentação financeira; c) Abertura ao investimento estrangeiro; d) Privatização dos serviços públicos; e) Desregulamentação do mercado de trabalho. Por certo, essas reformas foram introduzidas como medidas transformadoras para resgatar a economia brasileira da crise do capital, no entanto, seus fundamentos neoliberais afetaram profundamente todas as esferas da sociedade. Salienta-se ainda que, o neoliberalismo surgiu da crise estrutural do capitalismo, que reduziu as taxas de lucro e exigiu a reorganização do Estado. Essa crise impulsionou a globalização. Sem dúvida, a implementação dessas mudanças exigiu ajustes nos domínios político, econômico e cultural, impulsionados pelo progresso tecnológico e impactando de forma desigual as nações capitalistas centrais e periféricas (Idalino, 2021).

Em 1989, uma série de acordos conhecidos como “consenso de Washington” formalizou essa mudança, defendendo o Estado mínimo e a integração econômica global (Idalino, 2021). De acordo com esse autor, essas estratégias foram concebidas por nações dominantes para exercer controle sobre países em desenvolvimento como o Brasil, incorporando princípios neoliberais às políticas socioeconômicas da América Latina. Assim, organizações internacionais começaram a monitorar as mudanças geopolíticas, alinhando suas agendas com os interesses das nações desenvolvidas.

Nesse contexto, o neoliberalismo ganhou domínio à medida que os países capitalistas consolidavam sua hegemonia global por meio de acordos econômicos. Essa ideologia promovia um Estado minimalista, corroendo a solidariedade social e reforçando os valores

neoconservadores. Na educação, o neoliberalismo buscou replicar mecanismos de mercado, privilegiando aqueles que já estavam no topo (Marrach, 1996).

Vale ressaltar que, o governo brasileiro passou a adotar políticas neoliberais sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Portanto, no viés neoliberal a educação ampla (educação básica de qualidade) será possível apenas para indivíduos com boas condições econômicas, voltando assim a época das primeiras escolas em que só indivíduos da classe dominante tinha acesso à educação, aumentando, substancialmente as desigualdades educacionais e em sequência as sociais (Ecco, 2005).

Em 2017, a UNESCO fez um relatório de monitoramento global da educação com o título “Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos”. Esse relatório enfatizou a responsabilidade compartilhada entre as partes interessadas. No entanto, o foco do Brasil na responsabilização punitiva e baseada em recompensas — como cortes de verbas para escolas de baixo desempenho — restringiu a educação a resultados quantificáveis, marginalizando a aprendizagem ampla e o desenvolvimento pleno (Schneider; Nardi, 2023).

Atualmente, as avaliações externas estão profundamente enraizadas no sistema educacional brasileiro, priorizando classificações em detrimento da aprendizagem significativa. Nesse viés, as escolas são pressionadas a “ensinar para a prova”, enquanto o propósito mais amplo da educação — promover o pensamento crítico e a cidadania — é cada vez mais marginalizado. Como resultado, os contextos e realidades dos alunos e professores são ofuscadas por um foco implacável em referências numéricas.

Considerações finais

O advento da educação no Brasil em meados do século XVI não foi apenas um produto da colonização portuguesa, mas também um reflexo das estratégias missionárias e coloniais europeias da época. Outrossim, as reformas neoliberais da década de 1990 fizeram parte de uma tendência global. Nesse sentido, o “Consenso de Washington”, guiou essas reformas com um conjunto de políticas prescritas pelas instituições financeiras ocidentais. Essas políticas promoveram uma abordagem reducionista à educação e outras esferas da sociedade, enfatizando a lógica de mercado e a responsabilização, ao mesmo tempo, em que se expandiam as desigualdades educacionais, bem como nos tempos passados.

Para finalizar, há indicações de que, embora as avaliações externas visem elevar os padrões educacionais elas frequentemente divergem de seu propósito pretendido, consolidando, em vez disso, uma cultura de desempenho e responsabilização que pode minar a qualidade educacional e perpetuar desigualdades.

Referências

ECCO, Idanir. Educação neoliberal: uma experiência mercadológica. *Revista de Ciências Humanas*, v. 6, n. 7, p. 69-84, 2005. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/269/495>. Acesso em: 01 set. 2025.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.

IDALINO, A. C. F. *Políticas de avaliação no brasil: perspectivas de qualidade e autonomia impressas nas sistemáticas de avaliação da região norte (2009-2019)*. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2021. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppged/files/2021/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ADRIANA-CRISTINA-FURTADO-IDALINO_VERS%C3%83O-FINAL.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

LIMA, Àtila de Menezes. Educação, ideologia e reprodução social: notas críticas sobre os fundamentos sociais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. In: UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. (Orgs). *Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta*. Porto Alegre: Editora FI, 2019. p. 39-71. Disponível em: https://www.editorafi.org/files/ugd/48d206_ebfad3afbe96442880041cceed90e5e6.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: JUNIOR, Celestino A. da Silva.; BUENO, M. Sylvia; JUNIOR, Paulo Ghiraldelli.; MARRACH, Sonia A. *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na revista dados. *Revista: Sociol. Polít.* Curitiba, v. 21, n. 47, p. 133-153, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PS6cb7v4qF7Hb6W6PCy8gqd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2025.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. Avaliação externa e accountability educacional: nos bastidores de um debate contemporâneo. In: TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant; AMESTOY, Micheli Bordoli. *Avaliações externas na educação básica: contextos, políticas e desafio*. Cortez Editora, 2023. p. 114-134. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/avaliacoes-externas-na-educacao-basica-contextos-politicas-e-desafio-203707-1.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Revista: Educ. Soc*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mmDFy9Sk6vHzq7R4hJxWKNk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2025.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo; JUNIOR, Vicente de Paula Almeida. *Avaliação participativa: perspectivas e desafios*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. P. 15-38.